



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Aprovação do curso e Autorização da oferta **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – FIC de Direitos Humanos**

Parte 1 (solicitante)

DADOS DO CAMPUS PROPONENTE

1 Campus: Gaspar

2 Endereço/CNPJ/Telefone do campus:

Rua Adriano Kormann, 510 – Gaspar - SC

CNPJ: 81. 531.428.0001-62

Fone: 47 3318-3718

3 Complemento:

4 Departamento:

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

5 Há parceria com outra Instituição? Não

6 Razão social:

7 Esfera administrativa:

8 Estado / Município:

9 Endereço / Telefone / Site:

10 Responsável:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DO CURSO

11 Nome do responsável pelo projeto: Patrícia Rosa e Ana Paula Kuczmynda da Silveira

12 Contatos:

ana.paula@ifsc.edu.br (47) 3318-3711

Parte 2 (aprovação do curso)

DADOS DO CURSO

13 Nome do curso:

Curso de Formação Inicial e Continuada em Direitos Humanos

14 Eixo tecnológico:

Desenvolvimento Educacional e Social

15 Forma de oferta:

Formação continuada

16 Modalidade:

Presencial

17 Carga horária total:

40h

PERFIL DO CURSO

18 Justificativa do curso:

Desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a emergência de se afirmar direitos e garantias legais a todos os humanos vêm, cada vez mais, tornando-se premente. Após os horrores da Segunda Grande Guerra, essas questões passaram a ter ainda maior urgência, tendo como resultado a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Ainda assim, vimos violações desses direitos serem cometidas por todo o globo, seja por guerras interétnicas, violência contra as mulheres, falta de garantias para a dignidade de vida de pessoas com deficiência, violência e falta de direitos garantidos às pessoas homossexuais, miséria, falta de cidadania mínima, etc. O problema de se garantir direitos igualitários a todos ainda continua em pauta. Essa afirmação é tão verdadeira que, no caso específico do Brasil, as questões relacionadas às garantias dos Direitos Humanos, paulatinamente, passam a ocupar um lugar de destaque no ordenamento jurídico, para que violências e faltas cometidas no passado possam ser devidamente discutidas e não voltem a ocorrer, seja pelo debate público suscitado ou pela garantia na letra da lei. Dessa forma e dentro do âmbito estatal, a garantia de renda mínima pelo programa Bolsa Família, a obrigatoriedade de vagas para deficientes em concursos públicos, a proteção legal da união estável para casais do mesmo sexo, dentre outros programas e regulamentações têm trazido um novo ar para que as desigualdades possam ser rediscutidas, reexaminadas e um combate cada vez mais vigoroso contra a sua existência tem sido sempre mais efetivo. Contudo, entendemos que uma temática tão plural quanto a dos Direitos Humanos não deve ficar restrita a certos âmbitos da sociedade (juristas, políticos, intelectuais e militantes, por exemplo) devendo ser levada ao maior número possível de pessoas, desse modo, segundo nosso entendimento, a mudança na postura de aceitação do diferente e a indignação quanto a miséria e a

desigualdade na distribuição de renda e oportunidades poderá tornar-se uma luta de toda a sociedade, quando as questões referentes a esses problemas forem levadas aos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Partindo desse pressuposto enfatizamos a importância de uma proposta de debate e esclarecimento sobre os âmbitos e alcances de uma cultura de Direitos Humanos que possa estar aberta a todos(as) aqueles(as) que se interessarem em discutir o tem

19 Objetivos do curso:

- a) Oferecer subsídios históricos, legais e filosóficos para que se possa repensar a cultura local e os preconceitos nela inseridos;
- b) Oferecer a oportunidade de esclarecimento acerca da história da luta pela consolidação dos Direitos Humanos no mundo e no nosso país;
- c) Abrir um espaço amplo de reflexão e discussão acerca das desigualdades ainda existentes em nosso país;
- d) Capacitar membros da sociedade civil, tanto profissionais quanto cidadãos interessados para a divulgação – em diversos níveis, sejam em escolas, conselhos de bairros, conselhos tutelares ou outros – de uma cultura de Direitos Humanos.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

20 Competências gerais:

Dado que o projeto se destina aos diversos níveis da sociedade civil, o egresso deverá estar apto a discutir e repassar informações acerca da necessidade premente do respeito aos Direitos Humanos seja nas suas casas, nos seus bairros ou no seu ambiente profissional, principalmente os profissionais da educação de modo a tornarem-se multiplicadores de uma nova cultura que não admita a propagação de preconceitos em relação aos diferentes. Para isso estarão capacitados a discutir a partir de argumentos legais, históricos e filosóficos a necessidade da tolerância e do respeito ao outro.

1. Estar apto a desenvolver atividades transversais interdisciplinares de educação para os direitos humanos no seu cotidiano escolar, difundindo a ideia do respeito pela diversidade tanto no ambiente escolar quanto na sua comunidade.
2. Atuar, de forma crítica, ética e profissional, na sociedade, tendo em vista as diferentes concepções de humanidade existentes no âmbito social.

21 Áreas de atuação do egresso:

O egresso poderá atuar em diversas áreas e níveis da sociedade civil, seja em escolas, conselhos de bairros, conselhos tutelares e outras instituições que têm como foco ou sob seu escopo resguardar os direitos humanos.

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

22 Matriz curricular:

A proposta de formar um Curso de Formação Continuada em Direitos Humanos está pautada na necessidade de iniciar a discussão acerca dos temas envolvidos nas querelas acerca dos direitos humanos. A organização curricular tem como objetivo ser uma apresentação sucinta, ainda que bem delimitada, das formas mais comuns de discriminação (gênero, sexo, deficiência, raça) abrindo a oportunidade para o debate a partir de indicações precisas de pensadores do tema e de construções trazidas pelos estudantes.

Unidade Curricular	Carga-horária
História dos Direitos Humanos	4h
Conceitos e Concepções em Direitos Humanos	4h
Legislação em Direitos Humanos	4h
Fundamentos da Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	4h
Direitos da Pessoa com Deficiência e Acessibilidade	4h
Direitos da Mulher	4h
A Violência contra os Homossexuais.	4h
Problemas da Minorias Étnicas e Raciais.	4h
O Problema Histórico do Racismo.	4h
Direitos? Para Quais Humanos.	4h
TOTAL	40h

23 Componentes curriculares:

Unidade Curricular	História dos Direitos Humanos
Carga Horária	4h
COMPETÊNCIAS	
Ser capaz de refletir de forma autônoma e situada sobre a história dos Direitos Humanos	
HABILIDADES	
Ter uma visão ampla acerca da construção histórica da ideia dos Direitos Humanos.	
BASE TECNOLÓGICA	
Breve história da construção da declaração dos Direitos Humanos e seu significado.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALEXY, R. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2001.	

Unidade Curricular	Conceitos e Concepções em Direitos Humanos
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIAS	
Compreender os conceitos fundantes da noção de Direitos Humanos	
HABILIDADES	
Conhecer os conceitos fundamentais que norteiam a concepção básica de Direitos Humanos.	
BASES TECNOLÓGICAS	
Conceitos básicos em direitos humanos e as várias concepções que podem advir das interpretações histórico-sociais destes conceitos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
TRINDADE, A. A. C. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2001.	

Unidade Curricular	Legislação em Direitos Humanos
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIAS	
Compreender a importância da garantia constitucional dos Direitos Humanos.	
HABILIDADES	
Conhecer e interpretar as leis brasileiras relativas à garantia de Direitos Humanos.	
BASES TECNOLÓGICAS	
Leis brasileiras que dão garantia aos direitos de todos os cidadãos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional e Teoria da Constituição Coimbra: Almedina, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MIRANDA, J. Manual de Direito Constitucional, vols. 2 e 4. Coimbra: Coimbra Ed., 1996.	

Unidade Curricular	Fundamentos da Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIA	
Compreender a abrangência do governo federal para a educação em Direitos Humanos.	
HABILIDADES	
Conhecer o plano do governo federal para a educação em Direitos Humanos e refletir	

sobre ele.
BASES TECNOLÓGICAS
Diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos.
Bibliografia básica
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/edh/pnedhpor.pdf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2001.

Unidade Curricular	Direitos da Pessoa com Deficiência e Acessibilidade
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIA	
Compreender as diretrizes dos direitos da pessoa com deficiência e mobilizá-las em benefício da acessibilidade e inclusão.	
HABILIDADES	
Conhecer as principais diretrizes dos direitos da pessoa com deficiência e a necessidade de se pensar a acessibilidade.	
BASES TECNOLÓGICAS	
Direitos primordiais da pessoa com deficiência.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DINIZ, D.; SANTOS, W. (org.) Deficiência e Discriminação. Brasília: Letras Livres, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DINIZ, D. O que é Deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.	
_____ ; et. al. (org.) Deficiência e Igualdade. Brasília: Letras Livres, 2010.	

Unidade Curricular	Direitos da Mulher
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIA	
Analisar criticamente a Lei Maria da Penha e sua implantação.	
HABILIDADES	
Conhecer a Lei 11.340 – Popularmente Conhecida como Lei Maria da Penha e debater as deficiências reais na sua efetivação..	
BASES TECNOLÓGICAS	
Lei Maria da Penha, história e conquista de direitos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da lei 11.340/06 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SILVA, D. M. Violência doméstica na Lei Maria da Penha. Reflexos da visibilidade jurídica	

do conflito familiar de gênero. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1874, 18 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11614>>.

Unidade Curricular	A Violência contra os Homossexuais.
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIAS	
Compreender e analisar criticamente a violência contra a comunidade LGBTTT.	
HABILIDADES	
Conhecer os problemas relativos a violência contra a comunidade LGBTTT e refletir sobre eles, suas causas e consequências.	
CONHECIMENTO	
Problemas enfrentados pela comunidade LGBTTT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SPAGNOL, A. S. Desejo Marginal: violências nas relações homossexuais. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Nascimento, Márcio Neman do (2010). Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo?. <i>Athenea Digital</i> , 17, 227-239. Disponível em http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/662	

Unidade Curricular	Problemas da Minorias Étnicas e Raciais.
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIAS	
Analisar a discriminação social e posicionar-se criticamente perante a política de cotas.	
HABILIDADES	
Conhecer os problemas relativos à discriminação racial e o debate contemporâneo sobre a política de cotas.	
CONHECIMENTO	
Minorias raciais; Política de cotas públicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
a. BERND, Z. Racismo e Anti-racismo. São Paulo: Moderna, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SCHWARCZ, L. M. Racismo no Brasil. Coleção Folha Explica. Publifolha Editora, 2001.	

Unidade Curricular	O Problema Histórico do Racismo.
Carga Horária	4 h
COMPETÊNCIAS	
Analisar causas e consequências relativas à questão da discriminação racial.	
HABILIDADES	
Conhecer os problemas relativos à discriminação racial e sua decorrência histórica.	

<p>CONHECIMENTO</p> <p>Problemas enfrentados pelas minorias raciais: causas e conseqüências.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>SCHWARCZ, L. M. Racismo no Brasil. Coleção Folha Explica. Publifolha Editora, 2001.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>b.BERND, Z. Racismo e Anti-racismo. São Paulo: Moderna, 1994.</p>

Unidade Curricular	Direitos? Para Quais Humanos.
Carga Horária	4 h
<p>COMPETÊNCIAS</p> <p>Utilizar o conceito de singularidade para refletir sobre a questão dos Direitos Humanos</p>	
<p>HABILIDADES</p> <p>Conhecer os princípios básicos do conceito de singularidade como opção teórica ao conceito de diversidade</p>	
<p>CONHECIMENTO</p> <p>Conceitos de singularidade e de diversidade.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>Material desenvolvido pela professora</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ROSA, P. O Problema da Igualdade e da Singularidade nos Fundamentos da Ética e da Política. Tese de Doutorado. UFSC/2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107481/318925.pdf?sequence=1</p>	

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

24 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem:

A avaliação será feita mediante a apresentação de seminários, nos quais todos os envolvidos no projeto poderão aprofundar suas pesquisas acerca do tema.

Os registros das avaliações são feitos de acordo com a nomenclatura que segue:

- E** - Excelente;
- P** - Proficiente;
- S** - Satisfatório;
- I** - Insuficiente.

A partir da avaliação efetuada pelo professor, serão realizadas avaliações coletivas que terão o caráter de avaliação integral do processo didático-pedagógico em desenvolvimento na unidade curricular. As avaliações coletivas ocorrerão em Encontros de Avaliação envolvendo os professores e os profissionais do Núcleo Pedagógico.

A recuperação de estudos para os alunos que apresentarem conceito "I" deverá compreender a realização de novas atividades pedagógicas no decorrer do período letivo, que

possam promover a aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das competências. Ao final dos estudos de recuperação o aluno será submetido à avaliação, cujo resultado será registrado pelo professor.

A certificação da formação profissional se dará após a conclusão do módulo, com frequência mínima de 75%. Não há possibilidade de certificações por unidades curriculares.

Além da avaliação pelos professores vai haver uma avaliação com os alunos através de instrumentos avaliativos como questionários.

25 Metodologia:

Com o objetivo de desenvolver o interesse cada vez maior pela temática dos Direitos Humanos como instrumento para a formação integral dos sujeitos serão utilizadas:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Discussões a partir de textos previamente recomendados;
- Discussões a partir de outros recursos pedagógicos (filmes, poesias, músicas).

ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

26 Instalação e ambientes físicos / Equipamentos, utensílios e materiais necessários para o pleno funcionamento do curso:

a) 01 Sala de Aula contendo:

Quantidade	Equipamentos
40	Cadeiras escolares
40	Carteiras escolares
01	Mesa do professor
01	Cadeira do Professor
16	Quadro branco

b) Biblioteca

O Campus Gaspar está estruturando sua biblioteca, todavia já conta com uma diversidade de títulos que podem servir de subsídio ao curso.

27 Corpo docente necessário para funcionamento do curso (área de atuação e carga horaria):

a) Docentes do curso

- 01 Professora de Filosofia – 16 horas
- 01 Professora de História – 8 horas
- 01 professora de Educação Física – 4 horas
- 01 Professor de Direito – 12 horas

Administrativo de Nível Superior

- 01 Analista de TI

Parte 3 (autorização da oferta)

28 Justificativa para oferta neste Campus:

A oferta desse curso de formação continuada visa a expandir as discussões a respeito da questão dos Direitos humanos, entendendo que uma temática tão plural quanto a dos Direitos Humanos não deve ficar restrita a certos âmbitos da sociedade (juristas, políticos, intelectuais e militantes, por exemplo) devendo ser levada ao maior número possível de pessoas, de maneira a promover um debate situado a esse respeito, o qual precisa ser incentivado principalmente no âmbito das instituições de ensino, as quais, dada a sua natureza, tem por obrigação promover a inclusão. Não há na região do campus oferta de curso semelhante, ainda que seja essa uma demanda manifesta por parte das instituições de ensino, instituições de assistência social e de apoio à saúde na região. Ainda, as reflexões a serem propostas são do interesse também de jovens que se preparam para o mundo do trabalho, no qual a inclusão ainda é uma grande desafio.

29 Itinerário formativo no contexto da oferta/campus:

O curso se vincula principalmente à preocupação com a formação de professores e servidores de instituições de ensino e outras instituições que dão suporte ao seu funcionamento, porém visa também a atender alunos dos cursos médios ofertados nos câmpus (e também em seu entorno), dentro dos diferentes eixos tecnológicos recobertos, entendendo que as temáticas a serem abordadas são de fundamental importância para a sua formação cidadã.

30 Frequencia da oferta:

Conforme demanda

31 Periodicidade das aulas:

Uma vez por semana

32 Local das aulas:

Câmpus Gaspar

33 Turno de funcionamento, turmas e número de vagas:

Semestre letivo	Turno	Turma	Vagas	Total de vagas
2014/1 (eventualmente e sob demanda, o curso poderá ser ofertado em outros semestres letivos)	Noite	1	40	40

34 Público-alvo na cidade/região:

- Profissionais da Educação;
- Estudantes do ensino médio e superior.

35 Pré-requisito de acesso ao curso:

Idade mínima 14 anos.
Ter minimamente o ensino médio em curso.

36 Forma de ingresso:

Sorteio.

37 Caso a opção escolhida seja análise socioeconômico, deseja acrescentar alguma questão específica ao questionário de análise socioeconômico?

38 Corpo docente que irá atuar no curso:

01 Professora de Filosofia – 16 horas
01 Professora de História – 8 horas
01 professora de Educação Física – 4 horas
01 Professor de Direito – 12 horas

Todos os professores que atuarão no curso são lotados no Ifsc – campus Gaspar, sendo que as disciplinas da área de Direito serão ministradas por uma professora do campus que é bacharel em Direito,